



Afro-Ásia

ISSN: 0002-0591

revista.afroasia@gmail.com

Universidade Federal da Bahia

Brasil

Reid Andrews, George
DESIGUALDADE RACIAL NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS, 1990-2010
Afro-Ásia, núm. 51, 2015, pp. 141-174
Universidade Federal da Bahia
Bahía, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77046998001>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

DESIGUALDADE RACIAL NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS, 1990-2010*

George Reid Andrews**

Ao longo dos últimos cem anos, observadores da questão racial no Brasil e nos Estados Unidos têm feito frequentes comparações entre os dois países. Sendo as duas maiores sociedades multiraciais das Américas, ambas as nações tiveram experiências intensas, primeiro com a escravidão africana e depois, no Novecentos, com os desafios impostos pela desigualdade e exclusão raciais profundamente enraizadas. Refletindo sobre esses desafios, escritores e intelectuais de cada país têm prestado atenção ao outro e buscado *insights* nas comparações entre essas duas nações.¹

* Gostaria de agradecer a Martha Vázquez pela assistência na pesquisa. Pela ajuda com os dados brasileiros, agradeço a Marcelo Paixão, diretor do Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais (LAESER) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Guilherme Câmara, funcionário do LAESER, foi responsável pela tabulação especial incluída na Figura 11. Agradecimentos também aos participantes e comentaristas nas palestras na Universidade Colgate, Universidade de Harvard, Universidade de Nova York, Academia Naval dos EUA, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Universidade Federal Fluminense, e ao parecerista anônimo do Journal of Social History. Tradução de Mariângela de Mattos Nogueira.

** Professor do Departamento de História da Universidade de Pittsburgh. reid1@pitt.edu

¹ Para algumas das primeiras comparações, ver Theodore Roosevelt, "Brazil and the Negro", *The Outlook*, 21 de fevereiro de 1914, pp. 409-11; David Hellwig (org.), *African-American Reflections on Brazil's Racial Paradise*, Philadelphia: Temple University Press, 1992, pp. 15-84; Evaristo de Moraes, *Branços e negros nos Estados Unidos e Brasil*, Rio de Janeiro: Typ. Miccolis, 1922; Micol Seigel, *Uneven Encounters: Making Race and Nation in Brazil and the United States*, Durham: Duke University Press, 2009, pp.179-205. Para comparações mais recentes, ver Anthony W. Marx, *Making Race and Nation: A Comparison of the United States, South Africa, and Brazil*, Nova York: Cambridge University Press, 1998; Eugene Robinson, *Coal to Cream: A Black Man's Journey Beyond Color to an Affirmation of Race*, Nova York, Free Press, 1999; Célia Maria Marinho de Azevedo, *Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada: Século XIX*, São Paulo: Annablume, 2003; Edward E. Telles, *Race*

Uma das questões recorrentes nessa comparação tem sido: que país ofereceu mais igualdade de condições, oportunidades e resultados para os seus cidadãos negros, pardos e brancos? Os defensores da democracia racial brasileira — a crença de que o país era, ou estava bem avançado na direção de tornar-se, uma sociedade caracterizada por elevados níveis de harmonia e igualdade racial — argumentavam que o Brasil estava bem à frente dos Estados Unidos nesta questão. Mas, desde os anos de 1950 e 1960, e de forma ainda mais irrefutável nas décadas de 1970 e 1980, os críticos da democracia racial utilizaram o Censo brasileiro e os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, para evidenciar as grandes disparidades raciais na renda, realização profissional, educação, expectativa de vida e outros indicadores sociais.²

Buscando contribuir para essa discussão comparativa, há cerca de vinte anos publiquei na revista *Estudos Afro-Asiáticos* uma análise dos indicadores estatísticos da desigualdade racial em ambos os países. O período coberto foram os cem anos entre 1890 e 1990, e os indicadores, aqueles que mediam diferenças entre negros e brancos na expectativa de vida, educação, renda, realização profissional – quase todas as dimensões da vida social ou econômica para as quais os dados raciais estavam disponíveis nos dois países.³

in Another America: The Significance of Skin Color in Brazil, Princeton: Princeton University Press, 2004; G. Reginald McDaniel, *Race and Multiraciality in Brazil and the United States: Converging Paths?*, University Park, Penn.: Pennsylvania State University Press, 2006; Vinícius Rodrigues Vieira e Jacquelyn Johnson (orgs.), *Pictures and Mirrors: Race and Ethnicity in Brazil and the United States*, São Paulo (FEA-USP, 2009); Robert J. Cottrol, *The Long, Lingering Shadow: Slavery, Race, and Law in the American Hemisphere*, Athens, GA: University of Georgia Press, 2013. Para críticas que questionam a utilidade da comparação entre Brasil e EUA, ver Seigel, *Uneven Encounters*, xi-xii, pp. 179-80, 294-96; Micol Seigel, “Beyond Compare: Historical Method after the Transnational Turn”, *Radical History Review* n. 91 (2005), pp. 62-90; George Reid Andrews, “Workers, Soldiers, Activists: Black Mobilization in Brazil and Spanish America, 1800-2000”, *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe* v. 19, n. 1 (2008), pp. 11-2.

² Roger Bastide e Florestan Fernandes, *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*, São Paulo: Anhembi, 1955; Florestan Fernandes, *A integração do negro na sociedade de classes*, São Paulo: Dominus, 1965; Nelson do Valle Silva, “White-Nonwhite Income Differentials: Brazil, 1960” (Tese de Doutorado, Universidade de Michigan, 1978); Carlos Hasenbalg, *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*, Rio de Janeiro: Graal 1979; Pierre-Michel Fontaine (org.), *Race, Class and Power in Brazil* (Los Angeles: UCLA Center for Afro-American Studies, 1984); Lúcia Elena Garcia de Oliveira et al., *O lugar do negro na força de trabalho*, Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (doravante IBGE), 1985; Peggy A. Lovell, “Racial Inequality and the Brazilian Labor Market” (Tese de Doutorado, Universidade da Flórida, 1989).

³ George Reid Andrews, “Desigualdade racial no Brasil e nos Estados Unidos: uma comparação estatística”, *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 22 (1992), pp. 47-83.

A principal conclusão do artigo foi que durante os primeiros 60 ou 70 anos, de 1890 até a década de 1950, na maioria dos indicadores para os quais os dados estatísticos estavam disponíveis, o Brasil apresentou níveis mais baixos de desigualdade entre negros e brancos do que os Estados Unidos. Durante a segunda metade do século, no entanto, a situação mudou. Enquanto no Brasil os índices de desigualdade racial tenderam a permanecer estáveis ou, em alguns casos, a crescer, nos Estados Unidos as diferenças entre negros e brancos na educação, renda, expectativa de vida etc., tenderam a cair. Postulei várias explicações para esse declínio: o fim da segregação imposta pelo Estado, no Sul; as políticas de igualdade de oportunidades e de ações afirmativas adotadas durante as décadas de 1960 e 1970; e um período de forte crescimento econômico (1945-1973) em que a riqueza foi distribuída de forma mais equitativa, em termos de classe, do que durante a primeira metade do século. Cada um desses fatores contribuiu para a redução das diferenças entre negros e brancos, tendo como resultado que, em 1990, os Estados Unidos haviam superado o Brasil como o mais equilibrado racialmente, pelo menos em termos estatísticos, dos dois países.

Este artigo previa que no futuro próximo os Estados Unidos estariam suscetíveis a se manter o mais equilibrado racialmente entre os dois países. Mas o artigo colocava também uma ressalva.

Uma visão contrária, contudo, observaria que o Brasil ainda está por experimentar os efeitos positivos das reduções da desigualdade regional, de classe e urbana/rural. Se futuros governos tiverem sucesso em reduzir algumas das graves disparidades entre o Nordeste e o Sudeste, entre a cidade e o campo, entre ricos e pobres, os impactos indiretos sobre a desigualdade racial serão substanciais. E, se futuros governos tentarem também enfrentar a discriminação racial no emprego e na educação, o Brasil quase certamente reassumirá sua posição anterior a 1950 como a mais racialmente igual – ou, talvez colocado de modo melhor, menos desigual – das duas sociedades.⁴

Essas linhas foram escritas mais no espírito de um experimento de pensamento, como uma hipótese, do que como uma previsão séria para o

⁴ Andrews, “Desigualdade racial”, p. 77.

futuro do Brasil. No entanto, algo muito próximo desse cenário imaginado realmente veio a acontecer. De 1995 até o presente, o Brasil foi governado por uma sucessão de administrações presidenciais – Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Luiz Inácio Lula da Silva (2003-10), Dilma Rousseff (2011) – e coalizões multipartidárias firmemente comprometidas com uma visão socialdemocrata do futuro do país. Esses governos adotaram uma série de iniciativas políticas que tiveram impactos notáveis sobre as históricas estruturas de desigualdade social e de privilégio do país.⁵

Os últimos vinte anos, então, proporcionaram uma oportunidade rara para testar os efeitos das políticas socialmente progressistas sobre a desigualdade racial. Esta é uma questão de importância mais do que meramente teórica. Depois de um século, ou mais, ignorando decididamente as escancaradas disparidades entre os grupos raciais brancos e não brancos na região, nas duas últimas décadas as sociedades latino-americanas e seus legisladores começaram a reconhecer a profundidade dessas disparidades e a discutir a melhor forma de resolvê-las. Os movimentos negros no Brasil, Colômbia, Uruguai e outros países têm defendido vigorosamente a necessidade de ações afirmativas, baseadas em raça, na educação e no emprego.⁶ Essas propostas têm provocado debates acalorados com os opositores das ações afirmativas, que argumentam que as políticas socialdemocratas (ou socialistas) destinadas à redistribuição de riqueza e oportunidade para os pobres e as classes trabalhadoras são as mais eficazes para combater a desigualdade racial.⁷ Um apoio a essa posição pode ser encontrado na experiência da Cuba pós-revolucionária, onde, entre 1960 e 1980, as políticas socialistas de saúde, habitação, educação e emprego que visaram beneficiar os trabalhadores rurais e urbanos do país, de fato, chegaram muito perto de eliminar as diferenças raciais entre negros e brancos na expectativa de vida,

⁵ Para uma visão geral dessas políticas, ver Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (doravante IPEA), *Perspectivas da política social no Brasil*, Brasília, 2010, pp. 13-131; Albert Fishlow, *Starting Over: Brazil since 1985*, Washington, D.C.: Brookings Institution, 2011, pp. 87-139.

⁶ Sobre estes movimentos e suas propostas, ver Tanya Kateri Hernández, *Racial Subordination in Latin America: The Role of the State, Customary Law, and the New Civil Rights Response*, Nova York: Cambridge University Press, 2013, pp. 102-70; Cottrol, Long, *Lingering Shadow*, pp. 238-91.

⁷ Ver, por exemplo, Peter Fry *et al.*, (orgs.), *Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; Ali Kamel, *Não somos racistas: uma reação aos que nos querem transformar em uma nação bicolor*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007; “O grande erro das cotas”, *Veja*, 29 de agosto de 2012, pp. 70-2.

educação e realização profissional.⁸ Por outro lado, uma contraevidência é fornecida pelo Uruguai, o caso mais antigo e mais extenso de justiça social na América Latina, e uma das duas democracias latino-americanas — Costa Rica é a outra — com os menores índices de desigualdade de classe na região. No entanto, apesar dos níveis relativamente altos de igualdade de classes, em cada indicador social — saúde, educação, salário, emprego — os afro-uruguaios sofrem grandes desvantagens em comparação com os seus compatriotas brancos.⁹

Quais, então, têm sido as consequências para os afro-brasileiros da recente política socialdemocrata no Brasil? E, para revisitar a dimensão comparativa do meu estudo de 1992, como os atuais indicadores raciais brasileiros comparam-se aos dos Estados Unidos? Durante o mesmo período em que o Brasil adotou a social-democracia, os Estados Unidos adotaram políticas sociais e econômicas que redistribuíram riqueza e renda aos grupos sociais mais privilegiados. Se as políticas socialmente progressistas tendem a reduzir índices de desigualdade racial, as políticas socialmente regressivas têm o efeito oposto? A comparação de indicadores raciais recentes para os dois países pode lançar luzes sobre esta questão intrigante e importante.

Política social recente

Talvez o principal desafio econômico e social para os formuladores de políticas brasileiros no início da década de 1990 tenha sido a hiperinflação que açoitou a economia brasileira desde os anos 1950. As taxas de inflação próximas a cem por cento ao ano foram um dos motivos para a queda da

⁸ Alejandro de la Fuente, “Race and Inequality in Cuba, 1899-1981”, *Journal of Contemporary History*, n. 30 (1995), pp. 131-68. Durante e após o “período especial” da década de 1990, os diferenciais raciais parecem ter crescido na ilha. Alejandro de la Fuente, *A Nation for All: Race, Inequality and Politics in Twentieth-Century Cuba*, Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2001, pp. 317-39; Mark Q. Sawyer, *Racial Politics in Post-Revolutionary Cuba*, Nova York: Cambridge University Press, 2006, pp. 102-53.

⁹ Instituto Nacional de Estadística, *Encuesta continua de hogares: Módulo de raza*, Montevideo: Instituto Nacional de Estadística, 1998; Marisa Bucheli e Wanda Cabela, *Perfil demográfico y socioeconómico de la población uruguaya según su ascendencia racial* Montevideo: Instituto Nacional de Estadística, 2007; Lucía Scuro Somma (org.), *Población afrodescendiente y desigualdades étnico-raciales en Uruguay*, Montevideo: PNUD Uruguay, 2008; George Reid Andrews, *Blackness in the White Nation: A History of Afro-Uruguay*, Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2010.

Segunda República e a tomada do poder pelos militares em 1964; mas o regime militar de 1964-85 não se mostrou mais eficaz do que os civis em domar a inflação, que superou os duzentos por cento em 1984 e continuou a acelerar na década seguinte. Após a taxa de inflação anual ter chegado a 2.500 por cento em 1993, o governo implantou o inovador e extraordinariamente bem sucedido Plano Real de 1994. A inflação caiu para 22% em 1995 e para 2% em 1998.¹⁰ Isso beneficiou toda a sociedade, mas especialmente os pobres e a classe trabalhadora brasileira, cujos salários mantiveram seu poder de compra e deixaram de ser depreciados pela hiperinflação. A taxa nacional de pobreza caiu imediatamente de 42%, em 1993, para 34% em 1995 (Figura 1). Os salários reais aumentaram em todos os níveis da sociedade, mas, mais rapidamente entre os 10% mais pobres, cujos rendimentos reais dobraram durante esse período de dois anos.¹¹

As rendas da classe trabalhadora foram reforçadas pelo aumento do salário mínimo definido pelo Governo Federal. Uma vez estabilizado o valor da moeda brasileira, os governos Cardoso e Lula implementaram aumentos substanciais do salário mínimo, dobrando seu valor real entre 1994 e 2009. Isso beneficiou diretamente os trabalhadores de baixa renda do setor formal e exerceu também pressão ascendente sobre os salários do setor informal.¹²

Igualmente relevante para as famílias de baixa renda do país foram os programas de transferência condicionadas de dinheiro e de manutenção de renda criados pelo governo Fernando Henrique Cardoso e, posteriormente, ampliados pelo governo Lula. As administrações municipais de Campinas e Brasília foram as pioneiras nesses programas, destinando pagamentos em dinheiro para famílias que estavam abaixo da linha de pobreza, com a condição de que seus filhos frequentassem a escola regularmente. Encora-

¹⁰ Para taxas de inflação, ver www.ipeadata.gov.br, Base de dados macroeconômicos, “Inflação – IPCA”. Sobre o Plano Real, ver Werner Baer, *The Brazilian Economy: Growth and Development*, Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2008, pp. 129-50.

¹¹ André Lahóz, “Renda e consumo”, in Bolívar Lamounier e Rubens Figueiredo (orgs.), *A era FHC: um balanço* (São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002), pp. 76-77; Edmund Amann e Werner Baer, “The Macroeconomic Record of the Lula Administration, the Roots of Brazil’s Inequality, and Attempts to Overcome Them”, in Joseph L. Love e Werner Baer (orgs.), *Brazil under Lula: Economy, Politics, and Society under the Worker-President* (Nova York: Palgrave Macmillan, 2009), p. 32.

¹² Timothy Power, “Brazilian Democracy as Late Bloomer: Reevaluating the Regime in the Cardoso-Lula Era”, *Latin American Research Review*, n. 45 (2010), edição especial, Living in Actually Existing Democracies, p. 225. Em meados de 2012 o valor do salário mínimo era de aproximadamente US\$300. Ver <http://www.portalbrasil.net/salariominimo.htm#sileiro>.

jado pelo sucesso desses experimentos iniciais, a administração Cardoso estendeu-os para o conjunto da nação, criando o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI. Em 2003, o governo Lula reuniu o Bolsa Escola e o Bolsa Alimentação, criando o Bolsa Família, que, em 2012, prestou assistência a 13,4 milhões de famílias, cerca de um quarto da população total do país, com pagamentos de até US\$ 170 por mês. O programa tem recebido atenção internacional por seu sucesso na redução da pobreza e melhoria substancial dos resultados na saúde e na educação de crianças pobres.¹³

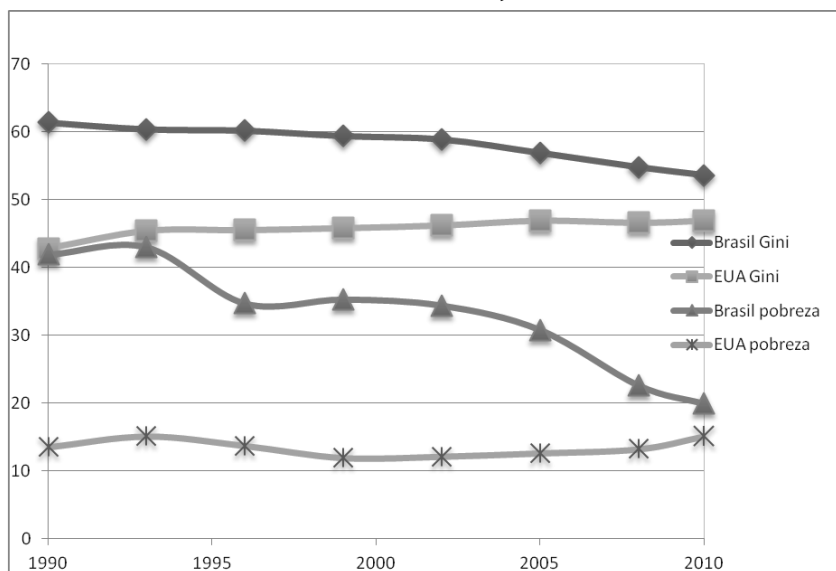
Entre 1990 e 2010 o Brasil passou por períodos alternados de crescimento econômico lento a moderado: 4,8% por ano, durante 1993-1995; 1,9% durante 1996-2003 e 4,5% durante 2004-10. Crescimento nestes níveis, em geral, teria tido um impacto muito limitado na redução da pobreza e da desigualdade, contudo, nessas duas décadas a taxa de pobreza do Brasil caiu pela metade, de 42% para 20%, e seu índice de Gini, de concentração de renda, que durante os anos de 1970 e 1980 foi um dos mais altos do mundo, caiu de 61 para 54 (Figura 1).¹⁴ A maioria dos observadores concorda em atribuir aos programas sociais implantados durante esses anos uma grande parte do crédito por esses declínios.¹⁵

¹³ Fábio Veras Soares *et al.*, “Evaluating the Impact of Brazil’s Bolsa Família: Cash Transfer Programs in Comparative Perspective”, *Latin American Research Review*, v. 45, n. 2 (2010), pp. 173-90; “The World’s Second Most Powerful Mother Introduces ‘Caring Brazil’”, *Latin American Regional Report: Brazil and Southern Cone* (2012), pp. 1-2. Ver também Jorge Abrahão de Castro e Lúcia Modesto (orgs.), *Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios*, Brasília: IPEA, 2010; Ariel Fiszbein e Norbert Schady, *Conditional Cash Transfers: Reducing Present and Future Poverty*, Washington, D.C.: World Bank, 2009.

¹⁴ Todos estes dados estão disponíveis em www.ipeadata.gov.br. Sobre o crescimento econômico durante os governos de Cardoso e Lula, ver Fishlow, *Starting Over*, pp. 33-86; Jocildo Bezerra e Tiago V. de V. Cavalcanti, “Brazil’s Lack of Growth”, in Love e Baer, *Brazil under Lula*, pp. 67-89.

¹⁵ Barros *et al.* credita a redução da pobreza e igualdade de renda a “três principais fatores: um aumento das transferências contributivas e não contributivas do governo; um declínio nos diferenciais de salários por nível educacional e reduções da desigualdade na educação; e uma melhoria na integração espacial e setorial dos mercados de trabalho. A maior generosidade das transferências governamentais e a rápida expansão da educação foram certamente uma consequência direta das políticas públicas implementadas ao longo dos últimos 15 anos”. Ricardo Barros *et al.*, “Markets, the State, and the Dynamics of Inequality in Brazil”, in Luis F. López-Calva e Nora Lustig (orgs.), *Declining Inequality in Latin America: A Decade of Progress?* (Washington, D.C.: United Nations Development Program, 2010), p. 169. Ver também Ricardo Paes de Barros *et al.*, “Sobre a evolução recente da pobreza e da desigualdade no Brasil”, in Jorge Abrahão de Castro e Fábio Monteiro Vaz (orgs.), *Situação social brasileira: Monitoramento das condições de vida* (Brasília: IPEA, 2011), vol. 1, pp. 41-63; Sérgio Soares, “Desigualdade de renda”, in Castro and Vaz, *Situação social brasileira*, vol. 1, pp. 65-73.

Figura 1: Índices de Gini e taxas de pobreza, Brasil e Estados Unidos, 1990-2010



Fontes: Estados Unidos: United States Census Bureau (doravante USCB), Current Population Reports, pp. 60-239, *Income, Poverty, and Health Insurance Coverage in the United States: 2010*, Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office (doravante USGPO), 2011, tabelas A-3, B-1. Brasil: 1990-2009, www.ipeadata.gov.br; 2010; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (doravante IBGE), *Censo demográfico 2010: Características da população e dos domicílios*, Brasília: IBGE, 2011, Tabela 1.8.16.

Os declínios da pobreza e da desigualdade brasileira estão em marcante contraste com os mesmos índices nos Estados Unidos, onde as taxas de pobreza caíram de 13,5% em 1990 para 11,3% em 2000, voltando a crescer para 15,1% em 2010. Durante esses mesmos anos, o índice de Gini aumentou de 43 para 47 (depois de já ter subido na década de 1980 de 40 para 43) (Figura 1).¹⁶

As causas do aumento da pobreza e da desigualdade nos Estados Unidos são complexas e têm sido muito discutidas. Entre os fatores que contribuíram para isso estão a reestruturação do mercado de trabalho

¹⁶ U.S. Census Bureau (doravante USCB), Current Population Reports, P60-239, *Income, Poverty, and Health Insurance Coverage in the United States: 2010*, Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office (doravante USGPO), 2011, tabelas A.3, B.1.

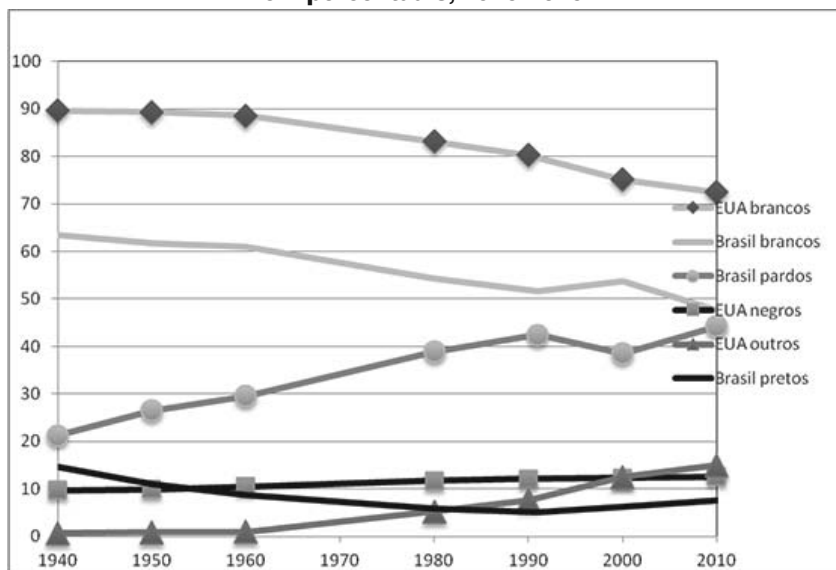
americano e o declínio de oportunidades para os trabalhadores de baixa qualificação; a diminuição do poder do movimento sindical; o declínio do valor do salário mínimo estipulado pelo Governo Federal; o relaxamento da regulamentação do setor financeiro do país; e cortes de impostos que beneficiam desproporcionalmente os setores mais ricos.¹⁷ Seja qual for o peso relativo dessas causas, o quadro comparativo que emerge é claro: enquanto o Brasil fazia progressos impressionantes na redução da desigualdade social e econômica, os Estados Unidos da América estavam parados ou, na dimensão da desigualdade de renda e da pobreza, perdendo terreno. O que nos leva à questão central deste artigo: quais têm sido os impactos destes dois modelos de política social e economia política nos índices de desigualdade racial nos dois países? Será que os Estados Unidos mantiveram a sua posição de 1990 como o racialmente mais igualitário dos dois países, ou as reduções na desigualdade de classes no Brasil produziram diminuições comparáveis em desigualdade racial? Vamos considerar os indicadores de três áreas: demografia, educação e emprego e renda.

Demografia

Antes de analisar esses indicadores, devemos, em primeiro lugar, considerar a composição racial dos dois países e as suas mudanças ao longo dos últimos 70 anos (Figura 2). Em ambos os países a população branca atingiu seu pico percentual do total nacional em 1940 e vem caindo desde então. Os Estados Unidos permanecem uma nação de maioria branca, mas têm se tornado cada vez mais diversificado racialmente. O maior crescimento de grupos não brancos tem sido os de “alguma outra raça” (geralmente hispânicos que não optam por se classificarem como pretos ou brancos), asiáticos e, desde 2000, indivíduos que afirmam seu *status*

¹⁷ Martina Morris e Bruce Western, “Inequality in Earnings at the Close of the Twentieth Century”, *Annual Review of Sociology*, n. 25 (1999), pp. 623-57; Sheldon Danziger e Peter Gottschalk, “Diverging Fortunes: Trends in Poverty and Inequality”, in Reynolds Farley e John Haaga (orgs.), *The American People: Census 2000* (Nova York: Russell Sage Foundation, 2005), pp. 49-75; Kathryn M. Neckerman e Florencia Torche, “Inequality: Causes and Consequences”, *Annual Review of Sociology*, n. 33 (2007), pp. 335-57; Kevin Leicht, “Broken Down by Race and Gender? Sociological Explanations of New Sources of Earnings Inequality”, *Annual Review of Sociology*, n. 34 (2008), pp. 237-55; Douglas S. Massey, *Categorically Unequal: The American Stratification System*, Nova York: Russell Sage Foundation, 2007.

Figura 2: Composição racial do Brasil e dos Estados Unidos, em percentuais, 1940-2010



Fontes. Estados Unidos: 1940-1980, Andrews, "Desigualdade racial", Tabela 1; 1990, USBC, *1990 Census of Population: General Population Characteristics, United States*, Washington, D.C.: USGPO, 1992, Tabela 3; 2000, USCB, "Overview of Race and Hispanic Origin", Washington, D.C.: USGPO, 2001, Tabela 1; 2010, USCB, "Overview of Race and Hispanic Origin", Washington, D.C.: USGPO, 2011, Tabela 1. Brasil: 1940-1980, Andrews, "Desigualdade racial", Tabela 1; 1991, IBGE, *Censo demográfico 1991: Características gerais da população e instrução*, Rio de Janeiro: IBGE, 1996, Tabela 1.2; 2000, IBGE, *Censo demográfico 2000: Características gerais da população*, Rio de Janeiro: IBGE, 2003, Tabela 1.2.1; 2010, IBGE, *Censo demográfico 2010*, Tabela 1.3.1.

multirracial (duas ou mais raças). Esses "outros" grupos combinados representam agora 15,0% da população dos EUA, um pouco mais do que a população afro-americana (12,6%). A população total do país em 2010 era de 308,7 milhões.¹⁸

¹⁸ USCB, *Overview of Race and Hispanic Origin: 2010*, Washington, D.C., USGPO, 2011; Nancy McArdle, "Color Lines in a Multiracial Nation: An Institutional Demographic Overview of the United States in the Twenty-First Century", in Andrew Grant-Thomas e Gary Orfield (orgs.), *Twenty-First Century Color Lines: Multiracial Change in Contemporary America* (Philadelphia, Temple University Press, 2009), pp. 25-93; Rebecca M. Blank, "An Overview of Trends in Social and Economic Well-Being, by Race", in Neil Smelser *et al.* (orgs.), *America Becoming: Racial Trends and Their Consequences* (Washington, D.C., National Academy of Sciences, 2001), vol. 1, pp. 21-39; Gary D. Sandefur *et al.*, "An Overview of Racial and Ethnic Demographic Trends", in Smelser *et al.*, *America Becoming*, vol. 1, pp. 40-102.

Também no Brasil a população branca declinou (em termos relativos) desde 1940 até agora, quando os brancos são minoria (47,7%) da população nacional. (A população total em 2010 era de 190,8 milhões). Na contagem dos não brancos, os brasileiros distinguem entre negros de pele escura (pretos) e os racialmente mistos (pardos).¹⁹ Na prática, as fronteiras entre as categorias de cor parda e preta são bastante vagas e porosas, e as pesquisas sugerem que pardos e pretos brasileiros, às vezes, se descrevem como pardos e às vezes como pretos, em números bastante grandes, produzindo consideráveis alterações nas duas categorias raciais ao longo do tempo.²⁰ Durante os últimos vinte anos, um número crescente de afro-brasileiros optaram por se identificar como pretos, talvez em resposta aos esforços de conscientização por parte dos movimentos negros. A grande maioria dos não brancos, no entanto, continua a identificar-se (para fins de recenseamento, o termo não é comumente usado na interação social do dia-a-dia) como pardo.²¹

Um fator que contribui para a permeabilidade das fronteiras entre os grupos de pretos e pardos é que, na maioria das dimensões sociais, as diferenças entre os dois grupos são relativamente pequenas. Em termos de educação, renda, expectativa de vida etc., os indicadores para pardos e pretos são bastante semelhantes. Por essa razão, e também porque os pretos estão numa pequena proporção (em 2010 menos de 15% da população afro-brasileira), desde o final dos anos 1970 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE tem, em seus relatórios, combinado muitas vezes os dois grupos na categoria “negro”. Vou seguir essa convenção nos gráficos e tabelas seguintes, exceto nos casos em que há diferenças significativas entre os grupos de pretos e pardos. Em tais casos, vou apresentar números separados para essas duas categorias.

¹⁹ O Censo brasileiro inclui a categoria de cor “amarela” (asiáticos) e, desde 1991, a categoria “indígena”. Essas duas categorias juntas somaram 0,9% da população nacional em 2000 e 1,5% em 2010.

²⁰ Essas tendências na autoidentificação racial, quase certamente, contribuíram para o relativo declínio do grupo preto na população entre 1940 e 1990. Peggy Lovell e Charles Wood, “Skin Color, Racial Identity, and Life Chances in Brazil”, *Latin American Perspectives*, v. 25, n. 2 (1998), pp. 90-109.

²¹ Sobre categorização racial no Brasil, ver Telles, *Race in Another America*, pp. 78-106; Stanley R. Bailey, *Legacies of Race: Identities, Attitudes, and Politics in Brazil*, Stanford: Stanford University Press, 2009, pp. 39-65; IBGE, *Características étnico-raciais da população: um estudo das categorias da classificação de cor ou raça, 2008*, Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

Tabela 1: Distribuição racial por região, em percentuais, Brasil e Estados Unidos, 1980-2010

	Brasil			Estados Unidos		
1980	Brancos	Pardos	Pretos	1980	Brancos	Negros
Nordeste	14,5	49,6	33,2	Sul	31,1	52,2
Sudeste	53,2	28,3	51,5	Nordeste	22,4	18,6
Sul	24,8	5,0	8,5	Centro-Oeste	27,1	20,5
Resto do Brasil	7,5	17,1	6,7	Oeste	19,4	8,6
Índice de dissimilaridade entre brancos / não brancos	--	44,7	18,8	Índice de dissimilaridade entre brancos / não brancos	--	21,2
2009				2010		
Nordeste	16,8	40,0	33,1	Sul	35,9	56,5
Sudeste	49,3	32,9	46,8	Nordeste	18,4	16,8
Sul	23,6	5,7	7,6	Centro-Oeste	24,3	17,9
Resto do Brasil	10,3	21,5	12,6	Oeste	21,4	8,8
Índice de dissimilaridade entre brancos / não brancos	--	34,4	18,6	Índice de dissimilaridade entre brancos / não brancos	--	20,6

Fontes. Estados Unidos: 1980, USCB, *The Black Population in the United States: March 1988*, Washington, D.C.: USGPO, 1989, Tabela B; 2010, USCB, *The Black Population: 2010*, Washington, D.C.: USGPO, 2011, Figura 2; USCB, *The White Population: 2010*, Washington, D.C.: USGPO, 2011, Figura 4. Brasil: 1980, IBGE, *Recenseamento geral do Brasil, 1980*, Rio de Janeiro: IBGE, 1983, Tabela 1.1; 2009, IBGE, *Síntese de indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira, 2010*, Rio de Janeiro: IBGE, 2010, Tabela 8.1.

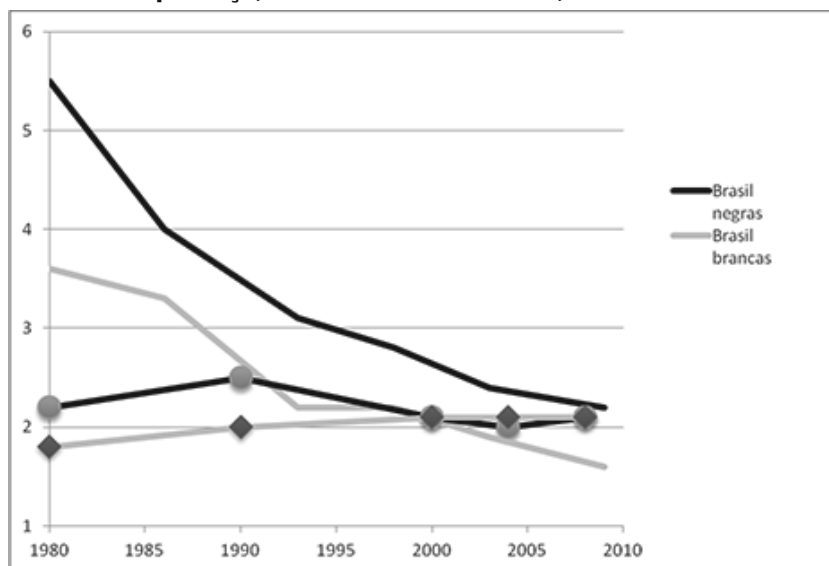
Uma área em que existe diferença significativa entre os grupos raciais pretos e pardos no Brasil é na distribuição regional. Como está indicado na Tabela 1, pardos e pretos estão mais presentes do que os brancos no Nordeste, historicamente a região mais pobre do país. Por outro lado, os brancos estão em maior número do que os pretos ou pardos nos estados do Sul, a região economicamente mais dinâmica do país. E pardos estão em menor quantidade do que brancos ou pretos no Sudeste, e estão mais concentrados nas regiões central e oeste do país (“resto do Brasil”). O resultado desses padrões, como está resumido pelo Índice de Dissimilaridade, é que os padrões de assentamento dos pretos por região aproximam-se mais dos brancos, enquanto os dos pardos são claramente diferenciados de ambos os grupos (embora menos do que em 1980, quando as diferenças entre brancos e pardos eram ainda maiores do que são hoje).

Os padrões de assentamento regionais diferem entre negros e brancos também nos Estados Unidos, embora menos do que no Brasil. Como estão medidas pelo Índice de Dissimilaridade, essas diferenças têm-se mantido mais ou menos constante ao longo dos últimos trinta anos. Apesar das diferenças ligeiramente mais altas entre pretos e brancos no Brasil, elas estão bem abaixo das diferenças entre pardos e brancos na distribuição por região. As diferenças raciais na distribuição regional são, assim, maiores no Brasil do que nos Estados Unidos, e embora as diferenças regionais no salário, educação e outras oportunidades tenham diminuído no Brasil nos últimos anos, elas permanecem maiores do que essas diferenças nos Estados Unidos. As diferenças na distribuição racial entre as regiões do Brasil, assim, preparam o terreno para outras disparidades raciais.²²

Como vimos, a população branca do Brasil diminuiu, enquanto percentual do total da população, de 1940 até o presente. A principal causa desse declínio é a diferença entre as taxas de natalidade de brancos e negros (Figura 3). Historicamente muito elevadas para ambos os grupos raciais, entre 1960 e 1980 as taxas de fertilidade de mulheres brancas caiu vertiginosamente, de 6,2 filhos por mulher para 3,6. A fertilidade também caiu entre as mulheres negras, mas não tão rapidamente quanto entre as brancas. Os declínios na fertilidade continuaram até o final da década de 1990 e início dos anos 2000. Até 2009, as taxas de fertilidade das brancas haviam caído para 1,6 filhos por mulher, bem abaixo do necessário para manter a população branca nos níveis atuais. As taxas de fertilidade das negras caíram para 2,2 filhos em 2009, como também caíram os diferenciais por raça. Em 1980, as mulheres negras davam à luz, em média, 1,9 mais crianças ao longo de suas vidas do que as mulheres brancas. Em 2009 esse diferencial havia caído para 0,6 filhos. No entanto, esse diferencial era ainda maior do que as disparidades entre negros e brancos nos Estados Unidos, que eram relativamente baixas em 1980 e 1990 e em 2000 tinham desaparecido. Na primeira década dos anos 2000, as taxas de natalidade entre brancos e afro-americanos eram essencialmente as mesmas, entre 2,0 e 2,1 filhos por mulher. Por este

²² Rafael Guerreiro Osório e Pedro Herculano Guimarães Ferreira de Souza, “O efeito da desigualdade regional na desigualdade racial”, in Castro e Vaz, *Situação social brasileira*, vol. 1, pp. 75-90.

Figura 3: Taxas de fertilidade total, mulheres entre 15 e 44 anos, por raça, Brasil e Estados Unidos, 1980-2009



Fontes. Estados Unidos: USCB, *Statistical Abstract of the United States: 2012* (doravante SAUS 2012), Washington, D.C.: USGPO, 2011, Tabela 83. Brasil: 1980-2004, Marcelo Paixão et al. (orgs.), *Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil, 2009-2010*, Rio de Janeiro, Editora Garamond, 2010, Figura 3.1; 2009, IBGE, *Síntese de indicadores sociais, 2010*, Tabela 1.5.

indicador, os Estados Unidos se classificam como a mais equilibrada racialmente das duas sociedades.²³

O quadro comparativo muda, no entanto, quando nos voltamos para o, talvez, indicador mais básico de bem-estar para toda a população: média de expectativa de vida (Tabela 2). Aqui os dois países experimentaram melhorias significativas ao longo dos últimos vinte anos. No Brasil, a expectativa de vida cresceu de 66,3 para 73,1; e nos Estados Unidos, de 75,2 para 78,2. Conforme a Tabela 2 sugere, esses aumentos foram distribuídos de formas racialmente mais equitativas no Brasil do que nos Estados Unidos. Ao longo do período entre 1990 e 2005, os diferenciais por raça foram consistentemente mais baixos no Brasil do que nos Es-

²³ Sobre o declínio da fertilidade no Brasil, ver José Alberto Magno de Carvalho e Laura Rodriguez Wong, “The Fertility Transition in Brazil: Causes and Consequences”, in José Miguel Guzmán et al. (orgs.), *The Fertility Transition in Latin America* (Oxford, UK: Clarendon Press, 1996), pp. 397-413; Francisco Vidal Luna e Herbert Klein, *Brazil since 1980*, Nova York: Cambridge University Press, 2006, pp. 162-70.

**Tabela 2: Expectativa de vida por raça,
Brasil e Estados Unidos, 1990-2005**

Estados Unidos				Brasil			
	Branços	Negros	B-N		Branços	Negros	B-N
1990	76,1	69,1	7,0	1991	66,1	59,5	6,6
1995	76,5	69,6	6,9	1995	71,5	65,9	5,6
2000	77,3	71,8	5,5	2000	71,5	66,2	5,3
2005	77,9	72,8	5,1	2005	74,9	71,7	3,2

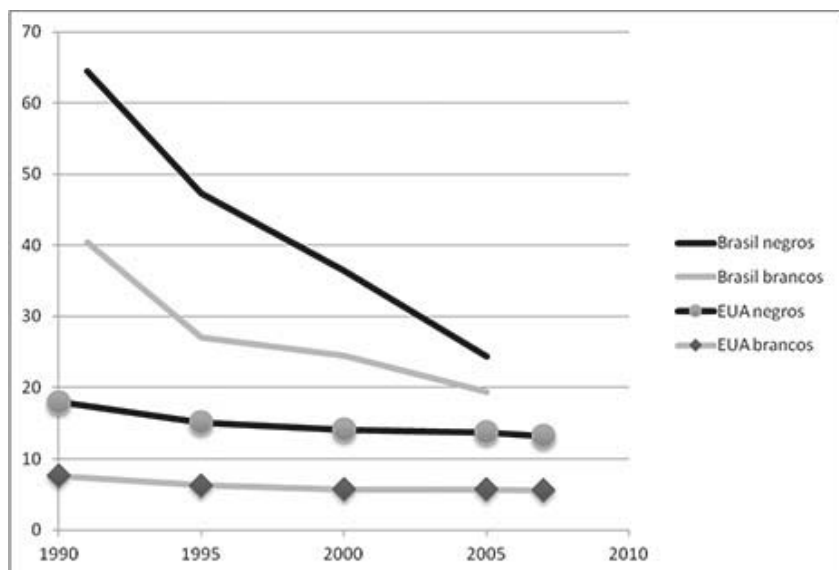
Fontes: Estados Unidos: USCB, SAUS 2012, Tabela 104. Brasil: 1991, 2000, www.ipeadata.gov.br; 1995, 2005, Marcelo Paixão e Luiz Carvano (orgs.), *Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil, 2007-2008*, Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2008, Figura 2.18.

tados Unidos; e mesmo que esses diferenciais tenham caído nos dois países (na Tabela 2, veja as colunas B-N), fizeram-no mais rapidamente no Brasil, onde, até 2005, os diferenciais por raça na expectativa de vida foram menos de metade do que tinham sido em 1991.

Estas melhorias na expectativa de vida, e a redução das suas disparidades raciais, podem ser diretamente atribuídas à redução da mortalidade infantil, que ocorreu durante os anos Cardoso-Lula (Figura 4). Como resultado dos programas Saúde da Família e Bolsa Alimentação, entre 1995 e 2005, a mortalidade infantil, no país como um todo, caiu de 37,6, para 23,7 para cada mil, uma queda de mais de um terço. As reduções na mortalidade infantil foram particularmente significativas entre a população negra, para quem as taxas caíram quase pela metade, de 47,3 para 24,4 para cada mil. A mortalidade infantil entre os brancos caiu de 27,1 para 19,4. Em 1995, as taxas de mortalidade infantil foram 75% maiores entre as famílias negras do que entre as brancas; em 2005, esse diferencial por raça havia caído para 25%, ou em termos absolutos, uma diferença de 5,0 mortes para mil nascimentos. Tanto em termos relativos quanto absolutos, esse diferencial por raça foi muito menor do que entre suas contrapartes nos Estados Unidos, onde as taxas de mortalidade infantil entre os negros foram duas vezes e meia as taxas dos brancos.²⁴

²⁴ Sobre a recente redução da mortalidade infantil no Brasil, ver Ricardo Paes de Barros *et al.*, “Determinantes do desenvolvimento na primeira infância no Brasil”, IPEA, Texto para Discussão 1478, Brasília: IPEA, 2010; IPEA, *Perspectivas da política social*, pp. 313-44.

Figura 4: Taxas de mortalidade infantil, por raça, no Brasil e nos Estados Unidos, 1990-2007



Fontes. Estados Unidos: USCB, SAUS 2012, Tabela 115. Brasil: Paixão e Carvano, *Relatório anual, 2007-2008*, Tabela 2.8.

Educação

A educação é universalmente reconhecida como uma área fundamental para a justiça social e como um dos mais poderosos determinantes de desigualdade e hierarquia social. Uma das expressões mais claras da desigualdade de classe e de raça no Brasil têm sido os baixos níveis de resultados educacionais do país. Em 1950, apenas 5% dos brasileiros brancos e 0,5% dos afro-brasileiros tinham completado o ensino médio.²⁵ A ditadura militar de 1964 a 1985 fez da educação uma área prioritária de investimento governamental, mas focou o investimento no ensino superior, expandindo o sistema de universidades federais e estaduais. Essas instituições oferecem ensino superior de boa a excelente qualidade, mas apenas a uma pequena minoria da população, e até muito

²⁵ Andrews, “Desigualdade racial”, table 10.

recentemente essa pequena minoria foi quase exclusivamente branca. Em 1987, depois de mais de vinte anos de regime militar, apenas 1% dos pretos e 2% dos pardos tinham diploma universitário, em comparação com 9% dos brancos. O adulto branco brasileiro, em média, teve menos de quatro anos de escolaridade neste período, e a média afro-brasileira foi de menos de dois anos.²⁶

Reconhecendo a impossibilidade de entrar o século XXI com um perfil nacional de educação tão baixo, os governos Cardoso e Lula investiram fortemente para elevar os níveis de desempenho acadêmico. Enquanto o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental - FUNDEF (1996-2006) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB (de 2007) canalizavam investimento federal para escolas primárias, o Bolsa Escola (e mais tarde o Bolsa Família) provia incentivos em dinheiro para as famílias pobres manterem seus filhos na escola, em vez de enviá-los para o mercado de trabalho.²⁷ Esses programas alcançaram, pelo menos, parte de suas metas, elevando as taxas de matrícula de crianças entre 7 e 14 anos de 80%, em 1988, para 95%, em 2008, e eliminando os diferenciais raciais na educação fundamental (Figura 5).

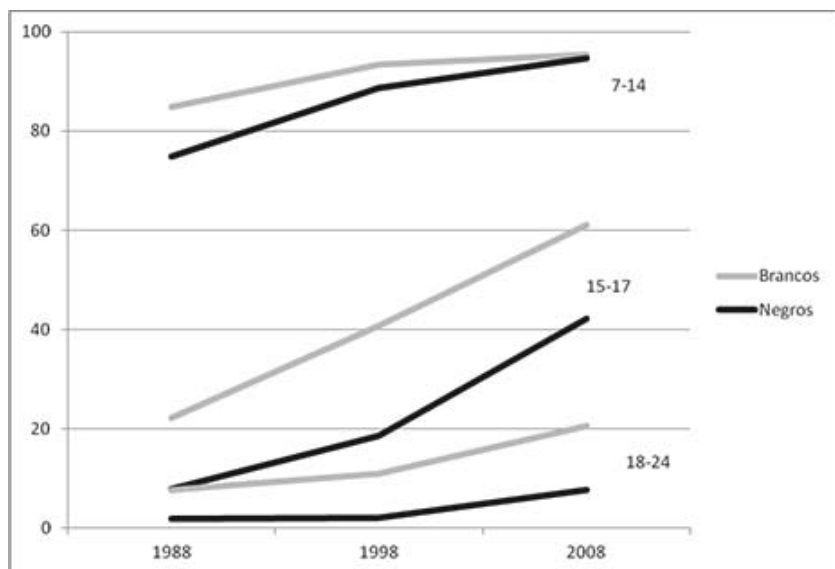
Os diferenciais raciais no número de matrículas persistiram no ensino médio e no superior. Na verdade, aumentaram entre 1988 e 2008, de 14% para 19% no ensino médio e de 5% para 13% no superior. Enquanto os diferenciais raciais nas matrículas estavam desaparecendo no ensino fundamental, no segundo grau e na universidade eles foram aumentando à medida que os brancos perseguiam oportunidades para o ensino secundário e pós-secundário em maior número do que os afro-brasileiros.

Os dados de matrícula nos Estados Unidos mostram níveis muito mais elevados e menores diferenciais raciais do que no Brasil (Figura 6). De 1990 até o presente, os diferenciais raciais têm estado muito perto de zero na faixa etária até 17 anos. As disparidades raciais aumentaram no

²⁶ Dados de Andrews, “Desigualdade racial”, pp. 245-46. Sobre política educacional durante e depois da ditadura militar, ver Luna e Klein, *Brazil since 1980*, pp. 182-91.

²⁷ Sobre política educacional, ver Nely Caixeta, “Educação”, in Lamounier e Figueiredo, *A era FHC*, pp. 537-68; Mary Arends-Kuenning, “A Report Card for Lula: Progress in Education”, in Love e Baer, *Brazil under Lula*, pp. 205-20; Fishlow, *Starting Over*, pp. 88-105; IPEA, *Perspectivas da política social*, pp. 163-90.

Figura 5: Taxas percentuais de matrícula escolar, por idade e raça, Brasil, 1988-2008

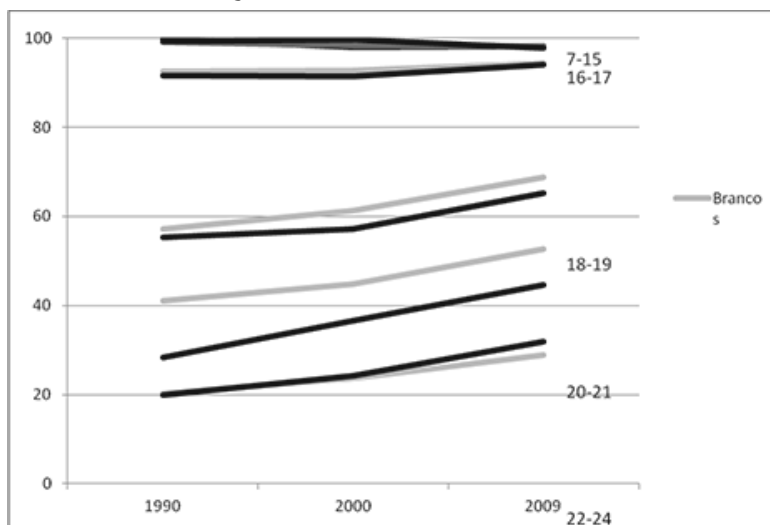


Fontes: Paixão et al., *Relatório anual, 2009-2010*, Tabelas 6.15, 6.16, 6.19.

nível universitário, e em 2009 ficaram em 8% entre os jovens de 20 a 21 anos. Naquele ano a matrícula de jovens de 22 e 24 anos foi, na verdade, mais elevada entre os afro-americanos do que entre os alunos brancos, refletindo um tempo maior para a conclusão da formação universitária.

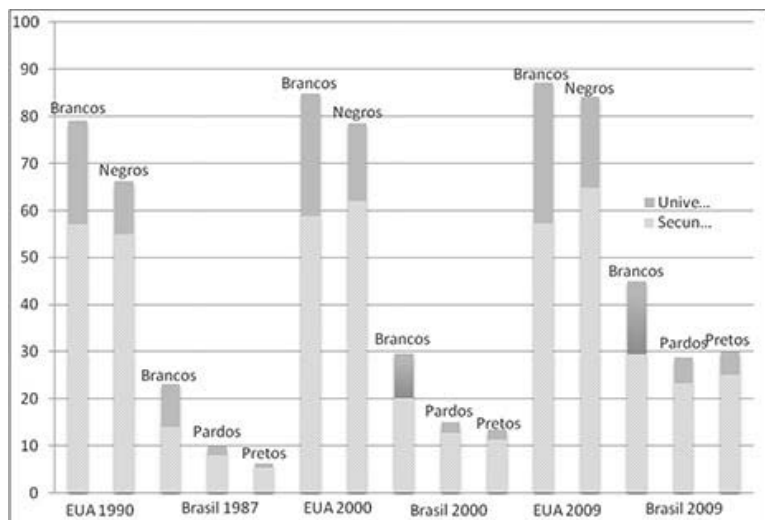
A Figura 7 compara as taxas de conclusão do ensino médio e superior nos dois países ao longo do tempo. Cada coluna representa o percentual de adultos com 25 anos ou mais que concluíram o ensino médio; a parte superior da coluna representa o número de concluintes do ensino médio que continuaram a perseguir um diploma universitário. Em ambos os países, notamos uma melhoria substancial ao longo do tempo. Nos Estados Unidos, as taxas de graduação de negros no ensino médio subiram de 66,2%, em 1990, para 84,1%, em 2009, muito próximas das taxas de formatura dos brancos, de 87,1%. No Brasil, no mesmo período, as taxas de graduação de negros no ensino médio triplicaram, passando de menos de 10%, em 1987 (10,0% para os pardos, 6,1% para pretos)

Figura 6: Taxas percentuais de matrícula escolar, por idade e raça, Estados Unidos, 1990-2009



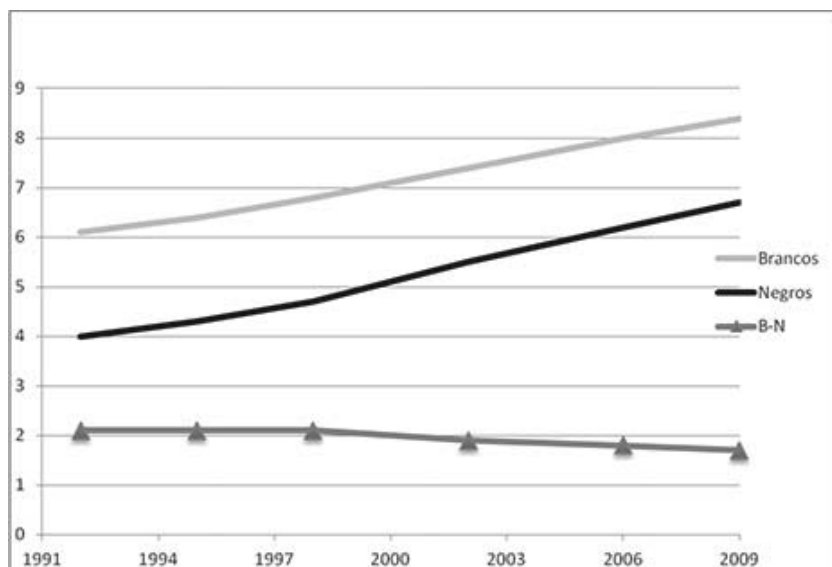
Fonte: USCB, SAUS 2002, Tabela 203; USCB, SAUS 2012, Tabela 224.

Figura 7: Taxas percentuais de conclusão do ensino médio e superior, adultos de 25 anos e mais, por raça, Brasil e Estados Unidos, 1987-2009



Fontes. Estados Unidos: USBC, SAUS 2011, Tabela 229. Brasil: 1987, Andrews, "Desigualdade racial", Tabela 10; 2000, Fichário das Desigualdades Raciais, LAESER-UFRJ, <http://www.laeser.ie.ufrj.br/PT/Paginas/fichario.aspx>; 2009, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (doravante PNAD) 2009, Microdados.

Figura 8: Média de anos de educação, população de 15 anos e mais, Brasil, 1992-2009



Fontes: IPEA, *Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise 20* (2012), Tabela suplementar 3.1.

para quase 30% em 2009 (28,7% para os pardos, 29,9% para pretos). Os diferenciais raciais permaneceram muito altos, no entanto, com os brancos com mais 50% de probabilidade do que os afro-brasileiros de ter um diploma de ensino médio, e três vezes mais de ter um diploma universitário.

Os diferenciais raciais na graduação universitária permaneceram grandes nos Estados Unidos, bem como, e inesperadamente, consistentes ao longo do tempo. Enquanto brancos e negros aumentaram suas taxas de graduação universitária entre 1990 e 2009, uma diferença racial de 10 a 11% persistiu durante todo esse período. Em 2009, 29,9% dos brancos tinham graduação universitária, em comparação com 19,3% dos afro-americanos.²⁸

Um indicador final de desempenho educacional brasileiro é o número médio de anos de estudo concluídos (Figura 8). (Esta medida

²⁸ Sobre a manutenção dos diferenciais raciais no ensino superior, ver Michael Stoll, “African Americans and the Color Line”, in Farley e Haaga, *The American People*, pp. 383-85.

não é amplamente utilizada nos Estados Unidos.) Como indicado anteriormente, em 1987 esse número era de menos de quatro anos de escolaridade para os brasileiros brancos e menos de dois anos para pardos e pretos brasileiros. Ao longo dos 20 anos seguintes, os níveis absolutos de desempenho escolar melhoraram consideravelmente e as disparidades raciais caíram. Até 2009, a média de anos de escolaridade concluída mais do que duplicou entre os brancos, crescendo para 8,4 anos, e mais do que triplicou entre os afro-brasileiros, 6,7 anos. Isso reduziu a diferença de desempenho escolar entre negros e brancos, de 2,1 anos na década de 1990 para 1,7 anos em 2009.

Apesar destas melhorias, até 2009 o brasileiro médio recebia menos de 8 anos de educação. E essas estatísticas não refletem outros aspectos da desigualdade racial na educação brasileira: as graves disparidades na qualidade das escolas que negros e brancos frequentam; o grau de repetência; os resultados de testes unificados, e assim por diante.²⁹ Embora o Brasil tenha conseguido reduzir as diferenças raciais no número de matrículas no ensino fundamental, as diferenças neste número aumentaram no ensino médio e superior; diferenciais nas taxas de graduação do ensino médio e universitário têm caído, mas permanecem grandes.

Os diferenciais raciais na qualidade das escolas frequentadas, na repetência, nos resultados dos testes e nas taxas de graduação na universidade persistem também nos Estados Unidos, mas em níveis mais baixos do que no Brasil.³⁰ Embora nenhum dos dois países tenha sido capaz de resolver os diferenciais raciais, de longa data, no desempenho escolar, a partir de 2010 os Estados Unidos ofereciam níveis mais elevados de educação aos seus cidadãos do que o Brasil, e de uma forma racialmente mais igualitária.

Emprego e renda

Dadas as maiores disparidades raciais na educação no Brasil (do que nos Estados Unidos), era de se esperar que encontrássemos maiores diferenças

²⁹ Paixão *et al.*, *Relatório anual, 2009-2010*, pp. 205-48.

³⁰ Susan Aud *et al.*, *Status and Trends in the Education of Racial and Ethnic Groups*, Washington, D.C.: USGPO, 2010.

raciais na renda, o que de fato acontece. Outras contribuições para as disparidades raciais na renda são as diferenças nos mercados de trabalho dos dois países. Uma das constatações do meu artigo de 1992 foi de que entre 1950 e 1980 os Estados Unidos fizeram progressos impressionantes para equalizar a distribuição de negros e brancos em diferentes setores da economia. Entre 1950 e 1980, o índice de dissimilaridade ocupacional entre as populações negras e brancas caiu quase pela metade, de 30,1 para 16,3.³¹ Essa evolução continuou entre 1980 e 2009, na medida em que o Índice de Dissimilaridade ocupacional caiu novamente quase pela metade, de 16,3 para 8,7 (Tabela 3, coluna 4).

Durante esses mesmos anos, os diferenciais raciais no mercado de trabalho caíram também no Brasil, mas não com a mesma intensidade que nos Estados Unidos (Tabela 4). Especialmente para os pardos, os diferenciais raciais (medidos pelo Índice de Dissimilaridade) em 2009 não foram muito melhores do que aqueles de 1980. Os pretos avançaram mais, especialmente as mulheres pretas. Mas as disparidades raciais permaneceram bastante elevadas, aproximadamente o dobro dos Estados Unidos.

Devido a essas disparidades nos padrões de emprego e maior acesso de brasileiros brancos a empregos melhor remunerados nas profissões liberais e nas ocupações técnicas e administrativas, a renda dos afro-brasileiros ficou bem atrás dos brasileiros brancos. No entanto, os aumentos autorizados pelo governo no salário mínimo, combinados com o relativamente forte crescimento econômico entre 2004 e 2010, produziram aumentos significativos na renda dos afro-brasileiros e, de fato, aumentos maiores do que nas rendas dos brancos (Figura 9). Enquanto, em 1991, trabalhadores afro-brasileiros ganharam, em média, 54% do salário médio dos brancos, em 2010 essa proporção aumentou para 64%. Enquanto isso, embora a renda média dos afro-americanos representasse e represente uma maior proporção da renda média dos brancos, essa proporção se manteve praticamente inalterada entre 1990 e 2010. No início desse período, e no final, os homens afro-americanos ganharam, em média, 74% da renda dos brancos do sexo masculino, e as mulheres afro-americanas ganharam em média, 87% das receitas das

³¹ Andrews, “Desigualdade racial”, Tabela 12.

Tabela 3: Distribuição percentual da força de trabalho civil, por raça e sexo, Estados Unidos, 1980, 2010

	Branços			Negros		
<i>1980</i>	Total	H.	M.	Total	H.	M.
Administração	27,9	19,6	39,9	22,3	14,6	30,4
Profissões liberais / ocupações técnicas	15,5	14,1	17,6	11,2	7,6	15,0
Vendas	10,5	9,5	11,9	5,0	3,9	6,2
Ocupações manuais não agrícolas	31,7	44,3	13,7	37,1	53,9	19,5
Serviços	11,4	8,1	16,1	22,3	16,5	28,3
Agricultura	2,8	4,2	0,9	2,0	3,3	0,6
Outros/ignorados	0,0	0,1	0,0	0,1	0,1	0,0
Índice de Dissimilaridade	-	-	-	16,3	18,0	18,1

	Branços			Negros		
<i>2010</i>	Total	H.	M.	Total	H.	M.
Administração	28,7	23,2	35,0	25,3	19,7	30,1
Profissões liberais / ocupações técnicas	22,1	17,6	27,3	18,8	13,7	23,1
Vendas	11,2	10,7	11,7	10,0	8,4	11,4
Ocupações manuais não agrícolas	20,7	33,8	5,5	21,2	36,5	6,9
Serviços	16,6	13,6	20,1	25,1	21,2	28,3
Agricultura	0,8	1,1	0,4	0,3	0,5	0,2
Índice de Dissimilaridade	-	-	-	8,7	10,3	9,1

Fontes. 1980, Andrews, "Desigualdade racial", Tabela 12; 2010, United States Bureau of Labor Statistics, "Labor Force Characteristics by Race and Ethnicity, 2010", Report 1032, Washington, D.C.: USGPO, 2011, Tabela 5.

Tabela 4: Distribuição percentual da força de trabalho civil, por raça e sexo, Brasil, 1980, 2009

	Branços			Pardos			Pretos		
<i>1980</i>	Total	H.	M.	Total	H.	M.	Total	H.	M.
Administração	16,7	15,3	20,1	6,7	6,1	8,5	4,2	4,3	4,0
Profissões liberais / ocupações técnicas	9,0	5,6	17,3	3,8	1,8	9,6	2,5	1,3	5,1
Vendas	9,0	9,0	9,0	6,5	6,3	7,1	4,0	4,2	3,6
Ocupações manuais não agrícolas	26,0	30,5	14,6	25,6	29,6	13,8	27,9	36,1	10,3
Serviços	10,7	5,0	24,9	13,0	4,9	37,0	22,6	6,3	57,9
Agricultura	22,7	27,8	9,8	38,6	44,8	20,3	31,5	38,9	15,7
Outros/ignorados	6,0	6,7	4,2	5,8	6,5	3,8	7,2	8,9	3,4
Índice de Dissimilaridade	--	--	--	18,3	17,0	22,5	23,9	20,2	38,9

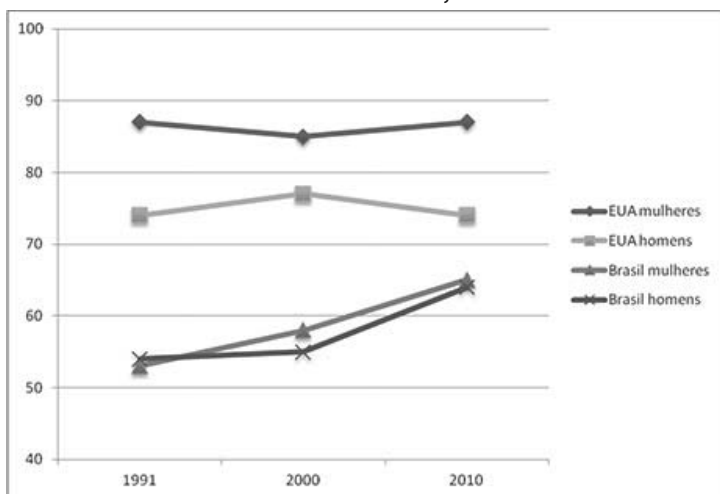
	Branços			Pardos			Pretos		
<i>2009</i>	Total	H.	M.	Total	H.	M.	Total	H.	M.
Administração	18,2	15,5	21,3	10,5	8,6	13,1	11,0	9,3	13,2
Profissões liberais / ocupações técnicas	19,1	16,6	22,1	9,9	8,1	12,4	10,3	8,8	12,2
Vendas	10,0	8,4	11,9	9,7	7,8	12,3	8,0	6,8	9,5
Ocupações manuais não agrícolas	22,4	33,3	9,5	24,9	37,1	8,4	26,6	41,4	7,4
Serviços	17,5	10,4	26,0	23,5	12,8	38,1	30,1	16,8	47,4
Agricultura	12,8	15,8	9,3	21,5	25,7	15,7	14,0	16,9	10,3
Índice de Dissimilaridade	--	--	--	17,7	16,1	19,5	18,0	15,5	22,5

Fontes. 1980: Andrews, "Desigualdade racial", Tabela 13; 2009: PNAD 2009, Microdados

mulheres brancas (Figura 9). Durante um período em que os assalariados afro-brasileiros fizeram progressos mensuráveis em relação a suas contrapartes brancas, a posição relativa dos afro-americanos não melhorou.

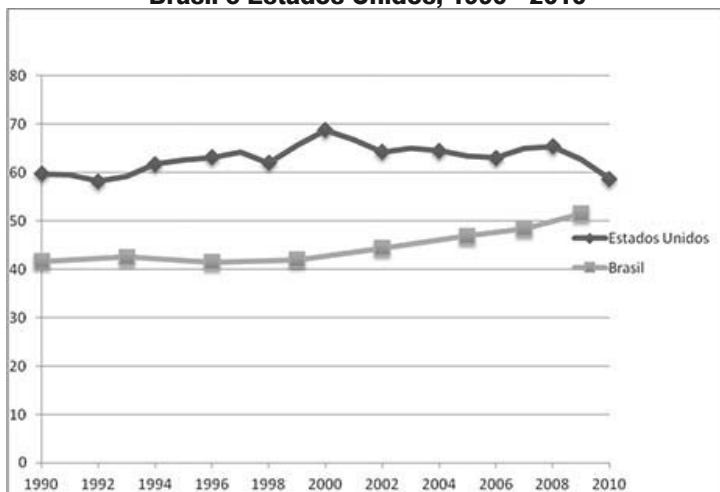
A história é a mesma quando olhamos a renda familiar média (Figura 10). Aqui, novamente, as famílias afro-americanas recebem, em média, uma maior porcentagem do rendimento médio dos brancos

Figura 9: Renda média dos negros em relação percentual com a renda média dos brancos, por sexo, Brasil e Estados Unidos, 1991-2010



Fontes. Estados Unidos: United States Bureau of Labor Statistics, "Labor Force Characteristics", Tabela 14. Brasil: 1991, IBGE, Censo demográfico 1991: Mão de obra, Tabela 5.1; 2000, IBGE, Censo demográfico 2000, Tabela 1.2.10; 2010, IBGE, Censo demográfico 2010, Tabela 1.3.5.

Figura 10: Renda familiar média dos negros em relação percentual com a renda familiar média dos brancos, Brasil e Estados Unidos, 1990 - 2010



Fontes: USBC, *Income, Poverty, 2010*, Tabela A-2. Brasil: 1990-2007, Sergei Soares, "A trajetória da desigualdade: A evolução da renda relativa dos negros no Brasil", in Mário Theodoro (org.), *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição* (Brasília: IPEA, 2008), Figura 1; 2009, PNAD 2009, Microdados.

do que no caso do Brasil. Mas essa porcentagem, após o aumento de 60%, em 1990, para 69% em 2000, caiu para terminar a década com 59%, ligeiramente inferior a de 1990. Após os progressos da década de 1990, as famílias afro-americanas perderam terreno nos primeiros anos de 2000 e terminaram o período de 20 anos um pouco pior, em relação às famílias brancas, do que em 1990.³²

As famílias afro-brasileiras recebem, em média, um percentual ainda menor da renda familiar dos brancos do que as famílias afro-americanas. Mas enquanto estas famílias perderam terreno durante a última década, as afro-brasileiras viram sua renda aumentar em relação à renda das famílias brancas. Novamente, isso é, em parte, resultado do aumento do salário mínimo, em parte do crescimento econômico de 2004 a 2010, e em parte dos programas de transferência condicionada de renda, que beneficiam desproporcionalmente as famílias não brancas, especialmente aquelas que vivem nas regiões mais pobres do país. Entre 1999 e 2009, a renda média das famílias negras subiu de 42% das receitas domésticas das brancas para 52%.³³

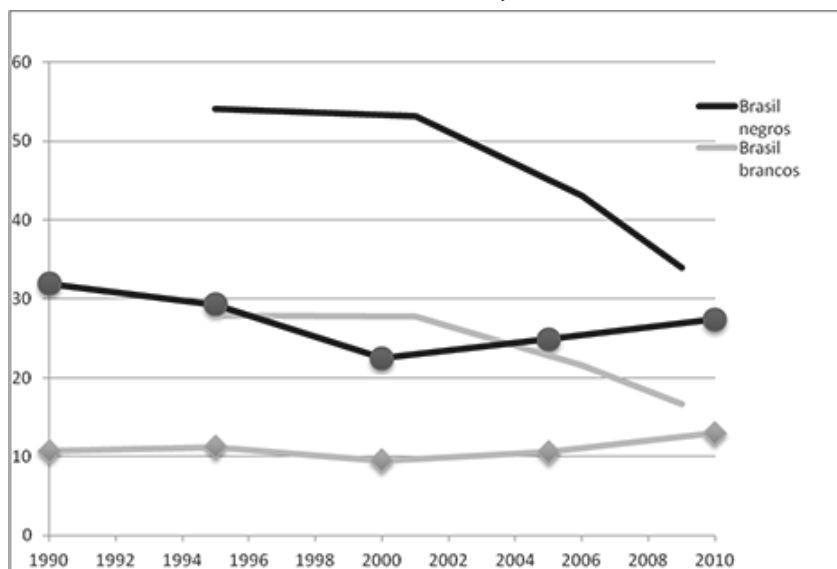
Como vimos anteriormente (Figura 1), as políticas sociais e econômicas do Brasil produziram declínios significativos nas taxas de pobreza, reduzindo-as à metade (de 42% para 21%) entre 1990 e 2009. As taxas de pobreza nos Estados Unidos, após terem caído entre 1990 e 2000, voltaram a crescer e em 2010 eram maiores do que estiveram em 1990. Surpreendentemente, enquanto as taxas de pobreza dos negros estavam menores em 2010 (27%) do que em 1990 (32%), entre as famílias brancas dava-se o contrário, com as taxas de pobreza crescendo de 11% em 1990 para 13% em 2010. Ainda assim, as taxas de pobreza de negros em 2010 foram duas vezes mais altas que a dos brancos, na medida em que mais do que um quarto da população afro-americana vivia abaixo da linha de pobreza (Figura 1).

No Brasil, o crescimento econômico e os programas de transferência de dinheiro beneficiaram ambos os grupos raciais: entre 1995 e 2009 as taxas de pobreza caíram 20 pontos percentuais (de 54% para 34%)

³² Stoll, "African Americans", 391-94.

³³ O Censo de 2010 apresenta novos aumentos na renda média de famílias negras, para 56% da renda das famílias brancas. Não está claro, no entanto, se a tabela do Censo 2010 foi construída da mesma forma que a série de dados de Soares, por isso não inclui os dados de 2010, na Figura 10. IBGE, *Censo demográfico 2010: Características da população e dos domicílios*, Brasília: IBGE, 2011, Tabela 1.8.12.

Figura 11: Taxas de pobreza, por raça, Brasil e Estados Unidos, 1990-2010



Fontes. Estados Unidos: USCB, *Income, Poverty, 2010*, Tabela B-1. Brasil: 1995-2006, Paixão e Carvano, *Relatório anual, 2007-2008*, Tabela 6.7; 2009, tabulação especial feita por LAESER-UFRJ.

entre os afro-brasileiros e 11 pontos entre os brancos (de 28% para 17%). Nestes dois anos, as taxas de pobreza dos negros foram aproximadamente o dobro da dos brancos, e os dois grupos experimentaram taxas maiores do que nos Estados Unidos; mas quando os dados de pobreza racialmente diferenciados estiverem disponíveis para o período de 2010-12, suponho que mostrem que os diferenciais continuam a cair no Brasil.

Democracia social, democracia racial

Os indicadores de desigualdade racial analisados neste ensaio sugerem tanto as conquistas quanto os limites da experiência do Brasil com a social-democracia. Nas áreas de saúde, educação e renda, as políticas sociais e econômicas dos últimos vinte anos têm produzido melhorias significativas no bem-estar da maioria dos brasileiros e em uma série de indicadores —

fertilidade, mortalidade infantil, expectativa de vida, matrícula escolar na educação fundamental, média de anos de escolaridade, rendimento individual, renda familiar e pobreza — mais melhorias ainda para os brasileiros pretos e pardos do que para os brancos. Esses avanços produziram reduções visíveis nas disparidades raciais, apoiando a quem invocar a social-democracia como a forma mais eficaz para alcançar a igualdade racial.

Mas, apesar dessas melhorias, os níveis de desigualdade racial permanecem maiores no Brasil do que nos Estados Unidos. Em apenas dois indicadores — mortalidade infantil e expectativa de vida — o Brasil se classifica atualmente como a sociedade mais equilibrada racialmente. No índice de pobreza, os dois países estão empatados, com diferenciais entre negros e brancos de aproximadamente 2:1. Em todos os outros indicadores — distribuição regional, matrícula escolar, taxas de graduação do ensino médio e superior, distribuição ocupacional, rendimento individual, renda da família — os Estados Unidos continuam a mostrar maior evidência de igualdade racial do que o Brasil.

Isto é, em parte, um reflexo das grandes lacunas estatísticas que separavam brasileiros pretos, pardos e brancos em 1990 e que vão exigir mais do que apenas 20 anos para serem superadas.³⁴ Também é importante notar que embora as políticas sociais do governo tenham reduzido as disparidades raciais em algumas áreas, em umas ficaram praticamente inalteradas — distribuição ocupacional — e, na verdade, em outras até aumentaram — matrícula nos níveis médio e superior. Estes resultados um pouco contraditórios correspondem às complexidades da hierarquia racial no Brasil e às diferentes maneiras com que a exclusão racial opera nos diferentes níveis da estrutura de classe. A partir dos anos 1970 e 1980 e continuando até o presente, a pesquisa estatística tem demonstrado que as barreiras de discriminação e preconceito operam muito mais poderosamente entre as classes média e alta do Brasil do que entre os pobres e a classe trabalhadora. Os brancos e os afro-brasileiros pobres são mais dispostos do que os de classe média e alta a viver em comunidades integradas, frequentar

³⁴ Soares calcula que, se as tendências do início dos anos 2000 persistirem, a renda média familiar de negros e brancos no Brasil pode atingir a paridade até 2029. Sergei Soares, “A trajetória da desigualdade: a evolução da renda relativa dos negros no Brasil”, in Mário Theodoro (org.), *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a Abolição* (Brasília: IPEA, 2008), p.120.

a mesma escola, estabelecer amizades e relacionamentos amorosos e a se casarem. A discriminação no emprego e na renda também é muito menos evidente nas ocupações da classe trabalhadora, mas se afirma com força crescente na medida em que se sobe a escala profissional e educacional.³⁵

Um dos sucessos mais marcantes da experiência socialdemocrata dos últimos vinte anos tem sido o movimento de cerca de 30 milhões de brasileiros da classe trabalhadora para o que alguns observadores têm descrito como “a nova classe média”.³⁶ Como sugerido pelos dados sobre o declínio dos diferenciais raciais no emprego e na renda, os afro-brasileiros participaram nesse processo de mobilidade ascendente em números comparáveis ou mesmo mais elevados do que os brancos. Dentro dessa nova classe média, no entanto, os acentuados diferenciais raciais na renda persistem.³⁷ E é nesses níveis da metade para cima da pirâmide social – as profissões liberais e as ocupações técnicas e administrativas, e as matrículas no ensino médio e superior – que nossos dados mostram diferenciais raciais estáveis ou até crescentes.

É precisamente a fim de resolver as barreiras da exclusão racial nesses níveis, como os ativistas afro-brasileiros têm argumentado, que as políticas de ação afirmativa racial são necessárias. Em resposta a estes argumentos, a administração Cardoso incluiu propostas de políticas “compensatórias” de ação afirmativa como parte de seu Programa de Direitos Humanos de 1996. As propostas de cotas raciais nas universidades, de contratação pelo setor público, de campanhas publicitárias na imprensa e na mídia foram incluídas como parte do Estatuto da Igualdade Racial do deputado (depois senador) Paulo Paim, apresentado pela primeira vez ao Congresso em 2000. Essas propostas nunca foram aprovadas pelo Congresso brasileiro, mas, a partir de 2003, foram adotadas por mais de

³⁵ Sobre as dimensões de classe e raça no Brasil, ver Telles, *Race in Another America*. Ver também Robin Sheriff, *Dreaming Equality: Color, Race, and Racism in Urban Brazil*, New Brunswick: Rutgers University Press, 2001. Sobre os desafios da classe média afro-brasileira, ver Graziella Moraes da Silva e Elisa P. Reis, “Perception of Racial Discrimination among Black Professionals in Rio de Janeiro”, *Latin American Research Review*, v. 46, n. 2 (2011), pp. 55-78; Angela Figueiredo, “Out of Place: The Experience of the Black Middle Class”, in Bernd Reiter e Gladys L. Mitchell (orgs.), *Brazil's New Racial Politics* (Boulder, CO: Lynne Rienner, 2010), pp. 89-122.

³⁶ Marcelo Côrtes Neri (org.), *A nova classe média: o lado brilhante dos pobres*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010, pp. 12-3.

³⁷ Elisa Monçores *et al.*, “Os pretos e pardos e a ascensão da classe média – Parte 1: Análise da decomposição da população por decis de renda”, *Tempo em Curso*, v. 4, n. 11 (2012), pp. 1-12.

quarenta universidades federais e estaduais, vários ministérios e agências governamentais e uma série de empresas privadas.³⁸

A adoção gradativa de cotas desencadeou intensos debates no Brasil sobre o conceito e a prática da ação afirmativa, e vários desafios legais sobre a sua constitucionalidade. Em duas decisões proferidas em abril de 2012, o Supremo Tribunal Federal decidiu, por unanimidade, que a cota racial cumpre o requisito de constitucionalidade como um meio necessário para alcançar a igualdade de condições e oportunidade garantida pela Constituição Brasileira de 1988.³⁹ Alguns meses depois, em agosto de 2012, o Senado brasileiro aprovou, por uma votação de 80 contra 1, a Lei de Cotas Sociais, que determina que as universidades federais do país reservem a metade de suas vagas para egressos de escolas públicas. Dentro dessa cota de 50%, os estudantes pretos, pardos e indígenas devem ser incluídos em números equivalentes à sua representação na população local; ao mesmo tempo, 50% dos estudantes cotistas — 25% do conjunto dos estudantes — devem ter renda familiar per capita igual ou inferior a 150% do salário mínimo. Essas cotas devem ser implantadas gradualmente ao longo do período entre 2013 e 2017 e os seus resultados serão avaliados por uma comissão do Congresso em 2022.⁴⁰

Com esta nova legislação e com as recentes decisões do Supremo Tribunal Federal, o Brasil embarcou em uma experiência inovadora de política pública que combina ação afirmativa baseada em raça e classe com um firme compromisso socialdemocrata. Essas duas (ou três) vertentes de abordagem oferecem a possibilidade — de fato, a probabilidade — de novos avanços na redução da desigualdade racial para além do que já foi alcançado ao longo dos últimos vinte anos. A experiência do Brasil também deve demandar uma reflexão urgente e séria nos Estados Unidos sobre a continuidade de nossas próprias divisões raciais e nossa

³⁸ Mala Htun, “From ‘Racial Democracy’ to Affirmative Action: Changing State Policy on Race in Brazil”, *Latin American Research Review*, v. 39, n. 1 (2004), pp. 60-89.

³⁹ Sobre esses debates e a decisão do Supremo Tribunal Federal, ver Hernández, *Racial Subordination*, 151-70. Uma terceira decisão do Supremo Tribunal Federal, em maio de 2012, com um voto contra, confirmou as duas primeiras. “Supremo valida cotas adotadas pela Federal do RS”, *Folha de S. Paulo*, 10 de maio de 2012, C6.

⁴⁰ O texto da lei está disponível em <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=112667&tp=1>. Para comentários da mídia sobre a lei, ver “O grande erro”, “Federais terão 50% das vagas para cotas”, *Folha de S. Paulo*, 1º de agosto de 2012, C1.

ambivalência nacional concernente tanto à justiça social baseada em classes quanto à ação afirmativa racial.

O último período de dez anos em que os Estados Unidos viram reduções na pobreza comparáveis aos que ocorreram recentemente no Brasil foi de 1964 a 1973, quando as taxas de pobreza caíram de 19% para 11%. Este foi o período da Guerra contra a Pobreza, um conjunto de programas de governo que deixou um legado político profundamente controverso, mas que teve sucesso na redução das taxas de pobreza aos níveis mais baixos da história americana.⁴¹ Foi também o período (que se estende até o final da década de 1970) de mais intenso compromisso nacional com programas de ação afirmativa racial, os quais, em 1980, tinham ajudado a expandir o tamanho da classe média afro-americana para cerca de 40% da população negra.⁴² Foram essas políticas, além do crescimento econômico relativamente equitativo do período entre 1945 e 1973, que produziram o declínio dos diferenciais raciais documentados em meu artigo de 1992.

A redução dos esforços de combate à pobreza na década de 1970, a reação contra a ação afirmativa racial nas décadas de 1980 e 1990, a redução de postos de trabalho na indústria e a queda dos salários reais para trabalhos de baixa qualificação, tudo isso combinou para arrefecer o ritmo de novas reduções nos diferenciais raciais na década de 1990 e no início dos anos 2000.⁴³ A crescente desigualdade de classe desses anos remeteram grande parte da população negra, e uma proporção crescente

⁴¹ Maria Cancian e Sheldon Danziger, “Changing Poverty and Changing Antipoverty Policies”, in Maria Cancian e Sheldon Danziger (orgs.), *Changing Poverty, Changing Policies* (Nova York: Russell Sage Foundation, 2009), pp. 1-31; Annelise Orleck, “Introduction: The War on Poverty from the Grass Roots Up”, in Annelise Orleck e Lisa Gayle Hazirjian (orgs.), *The War on Poverty: A New Grassroots History, 1964-1980* (Athens, GA: University of Georgia Press, 2011), pp. 1-28. Para as taxas de pobreza nos Estados Unidos entre 1960 e 2010, ver USCB, *Income, Poverty, 2010*, Tabela A-1.

⁴² Terry H. Anderson, *The Pursuit of Fairness: A History of Affirmative Action*, Nova York: Oxford University Press, 2004, pp. 111-70. Sobre o tamanho da classe média negra, ver Reynolds Farley, *The New American Reality: Who We Are, How We Got Here, Where We Are Going*, Nova York: Russell Sage Foundation, 1996, p. 255.

⁴³ Sobre a “morte da ação afirmativa” na década de 1990, ver Anderson, *Pursuit of Fairness*, pp. 217-73; Carol M. Swain, “Affirmative Action: Legislative History, Judicial Interpretations, Public Consensus”, in Smelser *et al.*, *America Becoming*, vol. 2, pp. 316-47; Dennis Deslippe, *Protesting Affirmative Action: The Struggle over Equality after the Civil Rights Revolution*, Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2012, pp. 209-20.

da população branca, para as margens da sociedade americana, com acesso severamente reduzido a oportunidades de educação, emprego e progresso.⁴⁴ Escrevendo nas décadas de 1980 e 1990, o sociólogo William Julius Wilson propôs os princípios e algumas das práticas da social-democracia europeia como possíveis respostas políticas para o aprofundamento da crise do que ele chamou de subclasse americana.⁴⁵ Mas, seriam as recentes conquistas da democracia social brasileira tão relevantes para as condições e as perspectivas da pobreza multirracial dos Estados Unidos e para o contexto mais amplo de desigualdade crescente na vida americana?

Nem todos os programas recentes adotados no Brasil são diretamente aplicáveis ou relevantes para os Estados Unidos. Pelo menos nas condições atuais, poucos pais americanos precisam de incentivos em dinheiro para matricular seus filhos na escola primária ou procurar cuidados médicos para eles. E os níveis de pobreza e desigualdade global eram tão altos no Brasil no início de 1990 que as transferências relativamente modestas da renda nacional tiveram muito maiores impactos no país do que desembolsos comparáveis teriam nos Estados Unidos.⁴⁶ Mas, como a desigualdade de classe tem aumentado nos Estados Unidos, enquanto está em declínio no Brasil, e como ali as barreiras de classe para a mobilidade social tornaram-se cada vez mais visíveis, os dois países parecem enfrentar uma série de surpreendentemente (à luz de seus diferentes níveis de desenvolvimento econômico) comparáveis desafios. Os trabalhadores americanos e suas famílias sentem grande necessidade das formas de apoio dos programas sociais do Brasil: acesso à saúde e educação de qualidade aceitável (ou melhor) e um salário mínimo adequado.⁴⁷ E a

⁴⁴ William Julius Wilson, *The Truly Disadvantaged: The Inner City, the Underclass, and Public Policy*, Chicago: University of Chicago Press, 1987; William Julius Wilson, *When Work Disappears: The World of the New Urban Poor*, Nova York: Alfred A. Knopf, 1996; Rebecca M. Blank et al. (orgs.), *Working and Poor: How Economic and Policy Changes Are Affecting Low-Wage Workers*, Nova York: Russell Sage Foundation, 2006. Murray estima que a partir de 2010, pelo menos 20% da população branca entrou nessa “nova classe baixa”. Charles Murray, *Coming Apart: The State of White America, 1960-2010*, Nova York: Crown Forum, 2012, p. 231

⁴⁵ Wilson, *The Truly Disadvantaged*, pp.152-57; Wilson, *When Work Disappears*, pp. 207-17. Veementemente contra a socialdemocracia europeia é Murray, *Coming Apart*, pp. 279-85.

⁴⁶ “Grande desigualdade significa que apenas uma pequena transferência de renda dos ricos bastaria para eliminar a pobreza [no Brasil]. O Banco Mundial descobriu que uma transferência de 1,6% do total das receitas em 1995 seria suficiente para realizar a tarefa”. Fishlow, *Starting Over*, 130.

⁴⁷ Cancian e Danziger, “Changing Poverty”.

decisão do Brasil de combinar ação afirmativa baseada em raça e classe para ingresso nas universidades deve ser de grande interesse para um país – os Estados Unidos — em que os estudantes de famílias pobres e da classe trabalhadora são severamente prejudicados na sua busca pelo ensino superior.⁴⁸ Por todas estas razões, os cidadãos e os políticos americanos poderiam lucrar ao prestar atenção ao curso evolutivo da democracia social e racial brasileira durante esta década e além.

Texto recebido em 22 de maio de 2014 e aprovado em 25 de setembro de 2014.

⁴⁸ Martha J. Bailey e Susan M. Dynarski, “Inequality in Postsecondary Education”, in Greg J. Duncan e Russell J. Murnane (orgs.), *Whither Opportunity? Rising Inequality, Schools, and Children’s Life Chances* (Nova York: Russell Sage Foundation, 2011), pp. 117-32.

Resumo

Este ensaio compara indicadores estatísticos da desigualdade racial entre negros e brancos no Brasil e nos Estados Unidos entre 1990 e 2010. Esses indicadores incluem diferenças raciais de fertilidade, expectativa de vida, mortalidade infantil, distribuição regional, matrícula e desempenho educacional, distribuição da força de trabalho, renda e pobreza. De 1994 a 2010, os brasileiros elegeram governos comprometidos com a redução dos altos níveis de desigualdade regional e de classe. Os programas adotados por estes governos reduziram a pobreza e a desigualdade e permitiram a cerca de 30 milhões de brasileiros entrar na classe média. O artigo conclui que as políticas destinadas a combater a desigualdade de classe contribuíram também para reduzir a desigualdade racial. Na maioria dos indicadores, o Brasil fez mais progressos na redução das disparidades raciais, durante esses 20 anos, do que fez os Estados Unidos. Em 2010, os Estados Unidos ainda era o país mais igualitário racialmente, em termos estatísticos; mas as experiências do Brasil com a democracia social e as ações afirmativas baseadas em raça e classe social estão a produzir resultados que merecem uma atenção especial por parte dos cidadãos e legisladores interessados em reduzir as desigualdades de classe e raça nos Estados Unidos.

Palavras-chave: afrodescendentes, afro-brasileiros, Brasil, desigualdade, raça, cor, Estados Unidos

Abstract

This essay compares statistical indicators of black/white racial inequality in Brazil and the United States from 1990 to 2010. Those indicators include racial differences in fertility, life expectancy, infant mortality, regional distribution, educational enrollment and achievement, labor force distribution, income and earnings, and poverty. From 1994 to 2010, Brazilians elected a series of presidential administrations committed to reducing the country's very high levels of class and regional inequality. The programs enacted by those governments did reduce poverty and inequality and enabled some 30 million Brazilians to move from the poor and working class into a greatly expanded middle class. The article finds that policies intended to combat class inequality worked to reduce racial inequality as well. On most indicators, Brazil made greater progress in lowering racial disparities during those twenty years than did the United States. By 2010 the United States was still the more racially egalitarian country, in statistical terms; but Brazil's experiments in social democracy and in class- and race-based affirmative action are producing outcomes that merit close attention from citizens and policymakers interested in reducing class and racial inequality in the United States.

Keywords: Afro-descendants, Afro-Brazilians, Brazil, inequality, race, color, United States